

XXVII ENANPOLL – GT Relações literárias interamericanas
10-13 de julho de 2012 UFF

**Da palavra sequestrada à formatação dos rastros: a
reconstrução do universo da escravidão do ponto de vista de
três escritoras das Américas**

*Il devient indifférent que je me souviennne ou que
j'invente, que j'emprunte ou que j' imagine.*

*Bernard Pingaud
Les anneaux du manège ; écriture et littérature¹*

O artigo visa a apresentar a tendência de escritoras das Américas de reescreverem a história da escravidão a partir do ponto de vista daquelas que foram talvez as mais penalizadas por esta injusta instituição: as mulheres. A partir de vestígios memoriais a brasileira, Ana Maria Gonçalves, em *Um defeito de cor* (2010), a chilena Isabel Allende, em *A ilha sob o mar* (2010) e a antilhana Maryse Condé em *Victoire, les saveurs et les mots* (2006), recuperam um doloroso percurso que parte do silêncio, isto é, da palavra sequestrada, para a formatação dos rastros, buscando recompor de seu ponto de vista, uma história até hoje tradicionalmente contada da perspectiva masculina já que o acesso da mulher ao universo da historiografia é recente. O romance historiográfico permite associar memória, história, vestígios e sobras, preenchendo os intervalos com a imaginação e a sensibilidade femininas. É o que fazem com maestria as três escritoras em

¹ Epígrafe do livro de Maryse Conde, *Victoire, les saveurs et les mots*, original de Bernard Pingaud.

língua francesa, espanhola e portuguesa, tendo como pano de fundo o universo multicultural e polifônico da escravidão.

1. A palavra sequestrada

A *Ilha sob o mar*, de Isabel Allende, descreve a história nas plantações de açúcar em Santo Domingo de 1770 a 1793, em sua primeira parte e, posteriormente, a migração para a Louisiana, com passagem por Cuba, de 1793 a 1810, correspondendo à narrativa da vida de uma mulher escrava – Zarité – dos 9 aos quarenta anos. Aos 9 anos foi comprada por Toulouse Valmorain que assumiu a propriedade canavieira recém-chegado da França sem ter a mínima ideia do que o esperava no Caribe então sob o regime escravocrata. O que o leitor acompanha é a saga dessa escrava e sua vida cheia de deslocamentos: do meio urbano (Santo Domingo) para o meio rural (as plantações de cana), de escrava doméstica à escrava de plantação, tendo participado com seu amante do mais famoso levante de escravos das Américas acontecido no Haiti e liderado por Toussaint Louverture. Ao final dos múltiplos périplos, acaba conseguindo sua alforria, aos 30 anos, por ter ajudado a salvar seu senhor e seu filho de um incêndio provocado por escravos revoltados, em longa fuga através do mato. Zarité é o nome dessa heroína, descrita com paixão por Isabel Allende em relato que se assemelha ao da heroína do romance *Um defeito de cor*, de Ana Maria Gonçalves, Luisa (Kehinde), que participou da Revolução dos Malês, ocorrida na Bahia em 1835, e que obtém igualmente sua alforria com dinheiro obtido com as vendas de seus doces, já que ela, transferida de Itaparica para Salvador, se tornara escrava de aluguel, e com moedas de alto valor encontradas em um vaso.

O período de silêncio, da impossibilidade de enunciar as violências de que são vítimas, corresponde à fase em que vivem o trauma de diferentes tipos de agressões: sexuais, castigos físicos, sobrecarga de trabalho,

abandono da terra natal e exílio no Brasil, após a longa travessia no navio negreiro, no caso da heroína do romance brasileiro. Em *A ilha sob o mar*, a narrativa é em terceira pessoa, com inserções em primeira pessoa onde se pode acompanhar a trajetória de Zarité. Essa narrativa em primeira pessoa, só inicia quando a personagem atinge a idade de quarenta anos, como se antes desse tempo de maturidade não lhe tivesse sido possível testemunhar acerca de sua própria existência. Seligman-Silva (2003), ao estudar a literatura de testemunho, argumenta justamente sobre a impossibilidade de a geração que passou pelo Holocausto de testemunhar; somente a segunda geração é capaz de narrar esses traumas, enquanto a primeira é silenciada pela violência do ocorrido e também pela dificuldade de encontrar ouvintes para o que têm a narrar.

O romance de Isabel Allende se desenrola através de uma voz narrativa onisciente em terceira pessoa, mas é intercalado pelo relato de Zarité que assume a primeira pessoa. Essa narrativa do *eu* vai contribuir para a expressão da subjetividade da heroína e para o extravasamento da memória individual, enquanto a voz narradora em terceira pessoa evoca sobretudo a memória coletiva dos fatos que se desenrolaram no Haiti e depois na Lousiana envolvendo a relação perversa entre senhores e escravos. A voz testemunhal de Zarité se torna audível quando ela completa quarenta anos e é só nesse momento de maturidade e de relativa serenidade, após ter conquistado a liberdade, que o pacto de silêncio pode ser rompido e que os episódios mais dramáticos de sua vida podem enfim ser revelados.

Um defeito de cor, da brasileira Ana Maria Gonçalves, inicia justamente com um artifício literário bem conhecido que consiste em apresentar a obra ao leitor como tendo sido fruto de uma descoberta casual: a autora, ao visitar uma família na Ilha de Itaparica, encontra um conjunto de cartas, algumas já perdidas, outras danificadas e amareladas. Ao ler o material, pede licença à família para reescrever as cartas, completando as lacunas e as páginas

perdidas. A narrativa que se segue é o conjunto dessas cartas escritas originalmente pela escrava alfabetizada Kehinde (que recebeu o nome católico de Luísa quando passou à condição de escrava), dirigidas a seu filho desaparecido, supostamente o advogado e poeta Luís Gama, de quem ficou separada por longos anos. Essas cartas, reescritas pela autora, retraçam, através da vida dessa escrava, parcela importante da história dos negros no Brasil, desde o embarque nos navios negreiros, a chegada ao Brasil, a venda aos proprietários rurais, a chegada às fazendas, os castigos, as fugas e o cotidiano na casa grande e nas senzalas, incluindo as separações entre mães e filhos e os estupros cometidos pelos senhores. Logo, é a partir de vestígios (trace), de cartas consideradas sem nenhum valor e semi-destruídas, que a narrativa reconstitui importantes acontecimentos ocorridos na Bahia, como a revolta de escravos de origem muçulmana conhecida como a Revolta dos Malês (1835), do ponto de vista de uma escrava que se torna figura exponencial da luta: Luísa Mahin.

Silenciar sobre o que via na casa grande foi conselho recebido por sua mentora a escrava Esméria que substituiu, no espaço da senzala, a mãe e a avó que ela perdera durante a travessia. A principal lição de sobrevivência era o silêncio. Silenciar quanto às maldades da senhora que infligia castigos cruéis às jovens escravas por ciúmes do marido, silenciar em relação ao poder das ervas que, manipuladas pelas escravas, que conheciam seus poderes e a eficácia de sua ação, eram utilizadas para punir as perversidades do senhor, silenciar, sobretudo, no que tange às fugas dos companheiros e o lugar provável de seus esconderijos, nos quilombos. Esses silêncios eram a chave para manter o equilíbrio instável nas fazendas e do qual dependia, em grande parte, as condições de sobrevivência em um espaço onde os senhores tinham poder de vida e morte sobre seus subalternos. O tempo da narrativa é de 67 anos: de 1810, data do nascimento da narradora no reino de Daomé, até sua morte em 1877 depois

de ter retornado ao país natal e às vésperas de empreender a viagem de volta ao Brasil na esperança de reencontrar o filho.

Se o relato de vida é descrito nos menores detalhes que ocupam as 950 páginas do romance, todas estas minuciosas informações ficam sem destinatário já que o filho não chega a receber as cartas que terminam perdidas e semi-destruídas em um casebre na Ilha de Itaparica. É como se o silêncio devesse se perpetuar até a descoberta das cartas pela autora em 2001 quando decide mudar-se do Rio para Salvador. Simbolicamente é como se tivesse chegado o tempo de desvendamento de todos esses segredos. A herdeira desses textos é uma mulher negra – Ana Maria Gonçalves - que, assumindo plenamente a identidade e o pertencimento a sua comunidade, decide revelá-los, encerrando esse silêncio de cerca de 400 anos das mulheres negras no Brasil.

Em *Victoire, les saveurs et les mots*, a antilhana Maryse Condé, em um texto híbrido, mescla de autoficção, ensaio e romance, parte das lembranças da avó, nascida 1870, apenas vinte e dois anos depois da Abolição da escravidão na ilha de Guadalupe (1848), passando a falar da mãe, Jeanne, nascida em 1890, para chegar a si própria cujo nascimento se deu em 1942. Ao falar da avó, que era cozinheira, estabelece paralelo entre seu ofício de escritora, que lida com as palavras, e o de sua avó que lida com sabores e odores, donde o título do livro: Victoire, “os sabores e as palavras”. Ressalta o dom de Victoire pela culinária e sua extraordinária capacidade de criar pratos com os sabores locais, utilizando produtos do Caribe e adaptando pratos da cozinha francesa de modo tão excepcional que logo desperta o interesse das famílias ricas da ilha. Essa mistura de temperos e sabores são descritos pela autora sempre em comparação com a arte de misturar e recompor resíduos de lembranças e palavras para tecer um texto, em páginas que revelam uma memória sensível que se constitui em homenagem a essa avó analfabeta, detentora de um talento único em

relação à arte de fazer pratos deliciosos e cuja memória foi totalmente esquecida, nem chegando a figurar na história de vida da autora Maryse Condé.

Malgrado ter nascido como liberta, a maneira como é criada e tratada – trabalhou em diversas casas sem nunca receber salário – pouco se modificou em relação ao período escravocrata. Essa vida de labor e também de humilhações teve como resposta, o silêncio. Victoire silencia quando da morte da mãe, não conseguindo manifestar sua dor; silencia sem retrucar diante das recriminações da filha Jeanne que vai à escola e se torna – após longos anos em colégio interno – professora, verdadeiro milagre tratando-se da filha de uma mulher pobre e analfabeta, vivendo praticamente na condição de escrava. O fosso que se cria entre a filha, que se intelectualiza, e a mãe que não quer mudar seus hábitos, provoca grande mal-estar ao qual Victoire não encontra palavras ou argumentos para reagir, calando-se diante da filha que tenta trazer a mãe para o lugar no mundo que passa a ocupar: a classe média alta por vias de sua profissão e de seu casamento. A resposta de Victoire vem com o abandono de sua maior paixão: a arte culinária. Para grande tristeza de Victoire, Jeanne não a deixa fazer o banquete de seu casamento, pois não queria que a sociedade local constatasse a origem humilde da mãe ou pensasse que ela não tinha recursos para contratar profissionais para realizar esta tarefa. Mãe e filha não chegam a estabelecer uma verdadeira cumplicidade pela incapacidade da mãe em seguir a opção da filha cuja meta era ascender socialmente, e da filha em entender que a opção da mãe era continuar no ambiente em que sempre vivera. Victoire percebe que, no fundo, a filha se envergonha dela, o que a faz ficar cada vez mais calada:

Jeanne l'obligeait à s'habiller , à s'asseoir dans le salon parmi les invités, à manger à table avec eux, à entendre une conversation indéchiffrable à laquelle elle était incapable de prendre part. Les convives avaient beau de l'accabler de compliments, elle avait l'impression d'être de trop. (...) Elle se reconnaît au bout de la

table, silencieuse et ulcérée, offrant à tous le spectacle de sa profonde détresse. (Condé, p. 241)

Vale lembrar aqui o conhecido texto de Michael Pollack, “Memória, esquecimento, silêncio”, no qual ele teoriza sobre as memórias subterrâneas que “como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à ‘memória oficial’, no caso, a memória nacional”. (1989, p. 4). Nessa medida o que pretendemos mostrar, no âmbito do presente artigo, é como as vozes dessas culturas minorizadas no interior do sistema irão romper o silêncio imposto pela própria condição de escravos, rememorar os vestígios culturais que conseguiram conservar através da oralidade, para nos dar uma outra visão do período escravista, diferente daquela que encontramos nas historiografias oficiais, pois nela emerge o espírito de insubmissão que povoou o imaginário dos escravos desde a chegada ao Novo Mundo até a conquista plena da liberdade. O silêncio encobre o que Pollack chama de “memória envergonhada”, pelas humilhações que lhes foram infligidas. Os não-ditos e o que foi longamente reprimido vêm finalmente à tona pela voz das mulheres que sofreram as violências dos estupros, mas cuja memória conseguiram manter através do diálogo com a linhagem feminina de sua ancestralidade no espaço da senzalas.

2. A formatação dos rastros

A narrativa de Zarité, em *A ilha sob o mar*, se situa no entre-lugar entre a memória oral que é balizada por fatos históricos com ênfase para o levante chefiado por Toussaint Louverture que fez com que o Haiti se tornasse o primeiro país das Américas a declarar a Abolição da escravatura e a proclamar a própria independência, deixando de ser colônia francesa, em 1804. Se Zarité não chega a tomar parte da revolta, pois tem que acompanhar seu senhor na fuga para Cuba e depois para a Louisiana, seu amante é um dos líderes do movimento. Mas o maior impacto do romance

recai sobre os aspectos perversos da escravidão que incidem sobre os negros, mas também sobre os próprios senhores. Zarithé relata com detalhes o fato de Rosette, sua filha, ser o produto do estupro de Valmorain, seu senhor, fato que permanece em segredo, silenciado para manter as aparências. Criados juntos Rosette e Maurice, filho legítimo de Valmorain, depois de longa separação, acabam reencontrando-se e se apaixonando um pelo outro por desconhecerem o fato de serem meio-irmãos. O incesto chega a ser cometido, mas em seguida Maurice precisa afastar-se por motivos de trabalho e Rosette, com a saúde muito fragilizada não sobrevive.

A vida de Zarithé é marcada pela luta pela liberdade que consegue através de carta de alforria. É, contudo, através da dança e da prática dos rituais vodu, que sentia-se liberta mesmo enquanto escrava, pois aprendera com seus ancestrais que “o escravo que dança é livre” e que é preciso seguir o ritmo que nasce de “uma ilha sob o mar” para onde vão os mortos. Assim, podemos afirmar que é graças aos vestígios memoriais da cultura oral que a personagem encontra forças para sobreviver ao jugo escravista e também para recompor pouco a pouco sua identidade de liberta. As últimas palavras de sua narrativa são: “ Dançar e dançar. De vez em quando vem Erzuli, loa mãe, loa do amor, e monta Zarithé. Então vamos juntas, a galope, visitar meus mortos na ilha sob o mar. Assim é” (2010, p. 476).

Se é a partir da reformatação dos rastros de memória oral que Zarithé refaz sua identidade, o mesmo acontece com Luisa (Mahin) de *Um defeito de cor* que, em determinado momento de sua trajetória, abandona a família, inclusive o filho, para ir ao encontro de uma sacerdotisa do vodum, na casa das Minas em São Luís do Maranhão, conhecida pelo nome de Maria Mineira Naê. Essa sacerdotiza seria supostamente Agontimé, a rainha do Daomé, de onde viera Luísa. Sentiu imperiosa necessidade de encontrar a “Noche”, sacerdotiza do vodum, na língua eve-fon, que significa, como nos informa a autora, “mãe ancestral”. Com a perda da mãe e da avó quando da

deportação para Brasil, Kehinde/Luisa sente necessidade, por volta de 1837 (com 27 anos de idade e já mãe de dois filhos) de se reencontrar com os voduns de sua avó, de buscar conforto junto ao matriarcado de Agontimé, depositária de toda a sabedoria e espiritualidade de sua etnia.

A busca desse saber e da comunhão com as mulheres de seu clã lhe dará o substrato memorial indispensável para a reformatação de sua identidade. Mas há outro elemento que será fundamental em sua vida: a longa peregrinação em busca do filho que desaparece quando de sua estada no Maranhão, vendido como escravo por seu próprio pai de modo indevido, já que nascera livre, de pai branco português e de mãe liberta. A busca obstinada pelo filho passará a ser o *leit motif* de sua existência marcada por uma mobilidade intensa por diversos estados brasileiros à procura de rastros do desaparecido. A partir de então, são numerosas as cartas escritas ao filho, registrando as peripécias da busca sem êxito. Soube porém, já velha e cega vivendo em Lagos, que o filho se tornara advogado e poeta, trabalhando pela causa da abolição da escravatura no Brasil. O simbolismo da cegueira que, como sabemos remete à sabedoria dos velhos, daqueles que veem com outros olhos, é reveladora do fim da busca. As identidades não se perfazem no final do percurso mas no próprio percurso da busca. Nessa medida, a personagem seguindo pistas muitas vezes falsas, rastros de seu filho perdido que a levou a anos de itinerância, reconfigurou sua própria identidade, deixando ao filho, através das cartas, o legado de sua aprendizagem de vida.

No caso da autoficção de Maryse Condé o que existe é uma tentativa da voz narrativa, ou seja da neta de Victoire, de entender o mundo da avó e da mãe, em busca de uma síntese. Se a avó torna-se personagem principal, cujo nome aparece no título, é porque a narradora sente que, embora seguindo uma carreira semelhante à da mãe, como intelectual de renome internacional, ela é muito devedora em seu fazer literário dos elementos da

cultura antilhana que eram caros à sua avó Victoire. Dizendo de outro modo: a avó construiu sua arte de fazer valorizando os produtos da terra; a mãe tentou voltar-se para a cultura francesa de França, hipervalorizando os ensinamentos adquiridos na escola (que não pode ser frequentada pela mãe) e colocando na sombra o mundo valorizado pela mãe, condição *sinequa non* para sua ascensão social. Só a neta poderá realizar as passagens transculturais entre cultura letrada e cultura oral, entre Europa e América, aproximando-se de ambos para produzir uma literatura original onde a língua crioula e a sabedoria da cultura oral se integram para a produção de uma literatura que não é mais inteiramente francesa nem inteiramente crioula, mas uma forma hibridizada das duas. Por isso era urgente para ela redescobrir através de vestígios da presença da avó que morrera anos antes de seu nascimento os quais são revelados pelo que sobrou de antigas fotografias de cor sépia já esmaecidas. Vale citar um trecho do eu ficcional:

Ce que je veux, c'est revendiquer l'héritage de cette femme qui apparemment n'en laissa pas. Établir le lien qui unit sa créativité à la mienne. Passer des saveurs, des couleurs, des odeurs des chairs ou des légumes à celles des mots. Victoire ne savait nommer ses plats et ne semblait pas s'en soucier. (p.104)

Em artigo sobre esse belo texto de Maryse Condé, Nubia Hanciau (2011, p. 241) comenta a relação avó, mãe e neta:

Felizmente a neta de Victoire sabe manipular as palavras para traduzir o sabor incomparável desse passado pessoal, no qual se sente o peso do sofrimento de um povo, passado que pertence à história da Guadalupe pós-escravista em plena mutação, passado de todos os caraíbas descendentes dos africanos.

3. O entrelaçar dos nós de memória: das histórias acontecidas, inventadas e recriadas à reinvenção de um universo possível

As três escritoras acima citadas seguem a esteira preconizada por Walter Benjamin que reconstituía a imagem da história a partir de detritos, daquilo que era desconsiderado pela maioria dos historiadores, reconhecendo que os traços mnemônicos, os resíduos memoriais - que foram muitas vezes desprezados como “o lixo da história” – são “mais intensos e duradouros se o processo que os imprime jamais chega ao consciente” (Benjamin, 1989, p. 108). Esses resíduos constituíram-se nos fios com os quais as três autoras teceram a trama das reminiscências de suas personagens.

É oportuno citar aqui a proposta de leitura desse artigo de Walter Benjamin (“Sobre alguns temas em Baudelaire”) por Martha Lourenço Vieira. A historiadora destaca a distinção que faz Benjamin entre *experiência* e *vivência*. A *experiência* “se constitui das impressões acumuladas na memória, impressões estas que jamais se tornam conscientes, permanecendo como *traços mnemônicos* do inconsciente. Por outro lado, a *vivência* se refere ao choque que intercepta essas impressões no sentido de não incorporá-las à *experiência*” (2007, p. 24). Nessa medida, ainda seguindo a autora,

a memória não é para Benjamin, simplesmente a faculdade de reter conhecimentos e fatos vividos no passado, mas a capacidade de reconhecer as impressões deixadas por eles e (re)significá-las no presente, produzindo sobre elas um novo sentido e com elas estabelecendo uma nova relação. Ela é assim constitutiva do sujeito, é o que torna possível o ato da rememoração (2007, p. 24).

Com base nessas reflexões é possível concluir que as três heroínas dos romances lidos acima, Zarité, Kehinde/Luisa e Victoire, se constituem como sujeitos de sua própria história pelo ato da rememoração, agenciando suas múltiplas vivências que são ressignificadas no ato da narração, passando a constituí-las como sujeitos de enunciação e não mais como objetos como foram considerados os escravos por seus senhores.

Na verdade o trabalho de coleta dos resíduos mnemônicos favorece também o resgate do ingrediente fundamental para a construção identitária que é a construção de uma memória longa (ou de longa duração, para seguirmos a terminologia de Gérard Bouchard e de Fernand Braudel). Nessa construção fica nítida a eleição da memória da linhagem materna que lhes legou seus saberes, seu imaginário e a espiritualidade de origem africana. É essa vertente oral, transmitida de geração em geração, através das rezas, da música, da culinária, do imaginário e de outros saberes, como o poder medicinal das plantas, que vão constituir os fundamentos da memória longa que será tecida paulatinamente no entre-lugar entre lembrança e esquecimento, consciente e inconsciente, imaginação, memória voluntária e involuntária.

Segundo G. Bouchard (2009, p. 9-37), há várias modos de contornar “memórias vergonhosas” - aquelas associadas à vergonha das vítimas por terem sido abusadas por seus senhores ou vítimas de castigos cruéis e aviltantes - sendo um deles a prática da amnésia, correspondendo a tentativas de esquecer e calar sobre o passado. G. Bouchard observa em comunidades novas, como a Austrália, essas estratégias de escamotear o passado vergonhoso de terem sido colonizados por presidiários degredados. Aponta também a reação a isto que se constituiu em estratégia memorial radical: romper o pacto de silêncio, “reconhecendo publicamente a impureza das origens em toda a sua feiúra”, com vistas a libertarem-se da memória vergonhosa, ou seja, desfazerem os nós de memória. Romper o silêncio permitiu à população australiana se reapropriar do passado para assim poder “evacuar o esqueleto das origens dos armários da memória nacional” (p.23).

Parece que igual procedimento pode ser constatado nos romances estudados: *Um defeito de cor*, *A ilha sob o mar* e *Victoire, les saveurs et les mots*: a primeira tentativa é a de negar através da amnésia e do silêncio a memória vergonhosa que forma o que Bouchard chama de “nós de

memória”. A essa fase porém, sobrevém a da revelação e do desejo, ao romper o pacto de silêncio, de se reapropriar desse passado, projetando utopias que se tornam esperança de futuro. Retomando o texto de M. Pollack, podemos concluir que o silêncio cede espaço às memórias subterrâneas dos grupos marginalizados que emergem em oposição à memória oficial. A última etapa desse longo e penoso processo de rememoração é a transformação da memória subterrânea em memória coletiva organizada:

A fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor (1989, p. 8).

Habilmente os romances analisados se situam no limiar entre dois mundos: o da escravidão, cuja memória vergonhosa tenta exorcizar, e o da vida em liberdade que ainda as assusta, como afirma Zarité ao final de *A ilha sob o mar*: “...estamos em 1810. Perdi o medo à liberdade mesmo que nunca tenha perdido o medo dos brancos” (p. 472). O universo da escravidão é escavado por entre as sobras da memória e da sensibilidade permitindo às suas descendências reavaliar o mundo em mutação, como se verifica nas derradeiras palavras da narradora de *Victoire, les saveurs et les mots*, rendendo tributo à memória da avó, Victoire: “Agrada-me que minha avó permaneça secreta, enigmática, arquiteta inconveniente de uma liberação da qual sua descendência soube usufruir plenamente”(p. 318).² Já Kehinde/Luisa transmite ao filho o legado de sua coragem e determinação, tentando efetuar a segunda travessia do Atlântico de volta da África ao Brasil na esperança de rever o filho que se tornara poeta, advogado e defensor da libertação dos escravos. *Um defeito de cor* encerra em 1877 com as últimas palavras da mãe ao filho, Luís Gama: “Quanto a mim, já me sinto feliz por ter

² A tradução é minha.

conseguido chegar até onde queria. E talvez num último gesto de misericórdia, qualquer um desses deuses dos homens me permitirá subir ao convés para respirar os ares do Brasil e te abençoar pela última vez” (p. 747).

Assim como para Benjamin a história nunca está fechada, cabendo ao historiador reabrir o passado para contá-lo de outra maneira, a literatura em geral, e a escrita feminina em particular, realiza com maestria a tarefa de mostrar que “é pela linguagem que nos constituímos como sujeitos, construímos representações diversas sobre a realidade, veiculamos informações, expressamos sentimentos e agimos sobre o mundo. Desse modo é que a linguagem se define como a condição de possibilidade da memória em Walter Benjamin” (Vieira, 2007, p. 27).

Concluimos com a sabedoria de um provérbio africano, citado em epígrafe em *Um defeito de cor* o qual remete à cumplicidade das heroínas dos três romances estudados com a memória de seus ancestrais:

Quando você segue as pegadas dos mais velhos,
aprende a caminhar como eles.³

Referências:

ALLENDE, Isabel. *A ilha sob o mar*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. Trad. Ernani Ssó.

BENJAMIN, Walter. Sobre alguns temas em Baudelaire: IN *Obras escolhidas III*. Trad. José C. Martins e Emerson Baptista. São Paulo: Brasiliense 1989.

BERND, Zilá. Vestígios memoriais: fecundando as literaturas das Américas. *Conexão Letras*, 6 – Literaturas das Américas: entre memória e esquecimento. Programa de Pós-graduação em Letras/UFRGS, jul. 2011, p. 9-16.

³ Citado por Ana Maria Gonçalves, em epígrafe a *Um defeito de cor*, 2010, p. 7.

..... Em busca dos rastros perdidos da memória ancestral – um estudo de Um defeito de cor , de Ana Maria Gonçalves. *Revista de Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*. Brasília: UNB, n. 40, dez. 2012. (no prelo)

BOUCHARD, Gérard. Jogos e nós de memória: a invenção da memória longa nas nações do Novo Mundo. IN: LOPES, C.G. et alii. *Memória e cultura; perspectivas transdisciplinares*. Canoas : Selles e Unilasalle, 2009. p. 9-38. (Trad. do francês por Zilá Bernd)

CONDÉ, Maryse. *Victoire, les saveurs et les mots*. Paris: Mercure de France, 2006. (Collection Folio)

GAGNEBIN, Jeanne Marie. O rastro e a cicatriz: metáforas da memória. :in *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Ed. 34, 2006. p. 107-119.

HANCIAU. Nubia. Vitória, sabores e palavras, de Maryse Condé. In Bolaños, A.; ROJAS, L.B. (orgs.) *Voces negras de las Américas; diálogos contemporâneos/Vozes negras das Américas; diálogos contemporâneos*; Rio Grande: FURG, 2011. p. 223-242.

POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

SCHULER, Donaldo. Buracos da memória. In *Afrontar fronteiras*. Porto Alegre: Movimento/Braskem, 2012. p. 152-178.

SELIGMAN-SILVA, Marcio. O testemunho entre a ficção e o real. IN (org.) *História, memória, literatura; o testemunho na era das catástrofes*. Campinas: editora da Unicamp, 2003. p. 371-386.

VIEIRA, Martha Lourenço. A metaforização da memória ou a dialética da rememoração em Waler Benjamin. IN: VIEIRA, M.L.; SILVA, I. de O. orgs. *Memória, subjetividade e educação*. Belo Horizonte: Argumentum, 2007. p.19-29.

WALTER, Roland. *Diálogos literários na diáspora negra das Américas*. Recife: Bagaço, 2009. (PPG/Letras-Univ. Fed. De Pernambuco)